



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO**

**EDITAL 002/2021
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO - TURMA 2022/1**

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período das **10h do dia 26 de julho de 2021 até as 23h59min do dia 20 de agosto de 2021**, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd), Curso de Doutorado, para turmas com início em 2022/1º semestre. Os candidatos que optarem por concorrer pelo sistema de cotas deverão observar os prazos estabelecidos no calendário que consta no item 7 deste edital.

I. VAGAS E CANDIDATOS:

1.1 Serão oferecidas **41** vagas para o curso de Doutorado, destinadas aos portadores de diploma de Mestrado, obtido em curso credenciado pela CAPES. Os portadores do diploma de Mestrado obtido no exterior deverão apresentar o título revalidado por instituição brasileira credenciada para este fim. Destas vagas, 30% serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015. Destas vagas, **13** serão destinadas a inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015. As vagas de cotas serão distribuídas em três diferentes estratos:

- a) **12% (05 vagas)** para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) **12% (05 vagas)** para graduados da rede pública ou privada de ensino superior que tenha recebido financiamento público;
- c) **06% (03 vagas)** para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

As vagas serão distribuídas considerando o quantitativo oferecido pelas Linhas de Pesquisas.

1.2 Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.

1.3 O preenchimento do total das vagas oferecidas no edital dependerá da existência de candidatos aprovados em número suficiente para tanto.

1.4 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido aprovado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao Programa, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A documentação poderá ser enviada ao órgão competente para apuração da existência de crime, nos termos da legislação penal vigente, conforme consta do ANEXO III deste edital.

1.5 A Coordenação do Programa reserva-se o direito de:

- a) Proceder ao remanejamento entre linhas de pesquisa/orientadores/áreas de concentração de candidato aprovado na seleção, desde que haja acordo entre o candidato e os orientadores.
- b) Não havendo inscrições para as 13 vagas destinadas ao sistema de cotas, em qualquer dos extratos, as mesmas serão remanejadas para a demanda geral.

1.6 A disponibilidade de vagas, por linhas de pesquisa e professores, encontra-se no Anexo I.

1.7 A lista dos projetos dos professores com a disponibilidade de vaga para orientação de Doutorado encontra-se no Anexo II deste edital.

II. DA REALIZAÇÃO:

2.1 Em cumprimento às Leis Estaduais nº. 6.914/2014 e nº. 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de Pós-graduação, Mestrado, Doutorado e Especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas distribuídas pelos seguintes grupos de cotas:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d) Conforme artigo 5º da Lei suas disposições aplicam-se no que for cabível.

As orientações específicas para concorrer às vagas reservadas aos grupos de cotas estão especificadas no ANEXO III deste edital.

III. DA INSCRIÇÃO:

3.1 Período e processo das inscrições:

- a) As inscrições, para todos os candidatos inclusive aqueles que optarem pela seleção por cotas, serão realizadas no período de **10h do dia 26 de julho até as 23h59min do dia 20 de agosto de 2021.**
- b) As inscrições serão realizadas pela Internet, no endereço www.proped.pro.br/selecao/
- c) Os candidatos terão acesso ao formulário de inscrição clicando em “Inscrições Doutorado”, e seguindo as instruções subsequentes.
 - c.1) Preenchido o formulário de inscrição por completo (dados pessoais e acadêmicos), o candidato visualizará, na mesma página de inscrição, o link de acesso ao site do CEPUERJ (<https://www7.cepuerj.uerj.br/cepuerj.web2/login.do?method=login&projeto=E05879&ano=2022>), para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 100,00 (cem reais).
 - c.1.2) Os candidatos que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, neste mesmo formulário de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos estratos de cotas estão se candidatando, em conformidade ao item II deste edital.
 - c.1.3) O candidato ao sistema de cotas poderá solicitar isenção do pagamento de inscrição.
 - c.1.3.1) O candidato que receber o deferimento de sua solicitação deverá encaminhá-lo para o e-mail da Comissão de Seleção de Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br).
 - c.1.4) O candidato que não tiver o deferimento de sua solicitação deverá realizar o pagamento da inscrição e enviar o comprovante para o e-mail da Comissão de Seleção de Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br) no prazo estabelecido no item 7.2 deste edital. O não pagamento implicará na sua eliminação do processo seletivo.
- d) Os candidatos deverão efetuar o envio de todos os documentos listados no item 3.2, escaneados em formato PDF, em arquivo único por tipo de documento, em links específicos no seu formulário de inscrição, disponíveis após preenchimento dos dados acadêmicos (aba *uploads*).
- e) O candidato deverá informar, na ficha de inscrição, a Língua Estrangeira, a saber: Inglês, Espanhol ou Francês. Aqueles candidatos que não tenham a comprovação de aptidão em Língua Estrangeira do Mestrado, conforme o subitem K do item 3.2, devem informar as duas Línguas Estrangeiras escolhidas. Não haverá alteração de opção de Língua Estrangeira após o encerramento de inscrições.
- f) No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o projeto de pesquisa ao qual propõe se vincular, conforme Anexo II deste edital. A Comissão de Seleção de Doutorado poderá, ouvidas as partes envolvidas, alterar a opção de vinculação do candidato, de modo a assegurar a organização acadêmica do ProPEd, bem como a devida operacionalização do sistema de reserva de vagas.

3.2 Documentação exigida:

Todos os documentos listados devem ser escaneados em formato PDF, em arquivo único por tipo de documento, e enviados através de links específicos disponíveis na área de inscrições online (ficha de inscrição, aba *uploads*). **Não serão aceitas pendências ou justificativas de qualquer natureza para a falta de algum dos itens abaixo:**

- a) Projeto de Tese, indicando o projeto de pesquisa ao qual pretende estar vinculado.
- b) Currículo no formato Lattes com a produção dos últimos 5 anos .
- c) Documentos comprobatórios do Currículo Lattes (em um único arquivo organizado a partir dos blocos a seguir: 1. Produção acadêmica, 2. Produção técnica e experiência em pesquisa, 3. Experiência profissional).
- d) Memorial Acadêmico.
- e) **Frente e verso** do diploma de graduação (em um único arquivo).
- f) **Frente e verso** do diploma de Mestrado ou certidão de conclusão de curso de Mestrado validada pela instituição emissora (em um único arquivo).
- g) Histórico escolar de conclusão do Mestrado, devidamente assinados.

Não serão aceitos demonstrativos de desempenho escolar ou boletins emitidos pela internet.

- h) Declaração com a data da sessão de defesa e dados do reconhecimento do curso, caso estas informações não constem do histórico escolar ou da certidão de conclusão do curso de Mestrado.
- i) Documento de identidade ou carteira de habilitação.

O candidato deverá apresentar diploma do Mestrado ou certidão da defesa com indicação de reconhecimento do curso e histórico escolar oficial completo.

- j) CPF, caso esta informação não conste na carteira de identidade ou na carteira de habilitação.
- k) Documento comprobatório para isenção de Língua Estrangeira, quando o resultado do exame não constar no histórico escolar do curso de Mestrado, conforme os termos do item 4.2 deste edital.
- l) Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido nas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015:

3.2.1 Atender às instruções específicas do ANEXO III - INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS. Inclusive deve estar atento aos prazos estabelecidos no item VII deste edital.

3.3 Candidatos com diplomas emitidos por Instituições de Ensino Superior no exterior:

3.3.1 Candidatos estrangeiros deverão enviar, por *upload*, do diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol; e original e cópia do passaporte válido com visto de entrada no Brasil, se cabível.

3.3.2 Candidatos brasileiros com diploma de graduação plena emitido no exterior deverão enviar, por *upload*, diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol.

3.3.3 Folha de identificação de validade do Passaporte juntamente com a folha de visto de entrada no Brasil, se cabível.

3.3.4 Para o caso de inscrição feita do exterior, passaporte válido autenticado pelo Consulado Brasileiro mais próximo.

3.4 Resultado da Inscrição:

- a) A inscrição dos candidatos no processo seletivo para o Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd) só será confirmada após verificação da documentação apresentada.
- b) O resultado da inscrição será divulgado no dia **06 de setembro de 2021, após as 16h**, por meio do

site www.proped.pro.br/selecao/, aba “Resultados”, em uma listagem constando número da inscrição e a menção “**inscrição homologada**” ou “**inscrição não homologada**”, e também comunicado individualmente, por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado.

c) Os candidatos que não anexarem toda a documentação exigida no item **3.2** (e **3.3**, no caso de estrangeiros) terão menção de inscrição não homologada, estando, portanto, eliminados do processo seletivo.

d) **Não serão homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação.**

IV. PROCESSO SELETIVO:

4.1 O processo seletivo será constituído das seguintes etapas obrigatórias:

a) Análise do Projeto de Tese e do Memorial Acadêmico pela Comissão de Seleção de Doutorado e pelo orientador sugerido pelo candidato (caráter eliminatório).

a.1) Os projetos serão avaliados de acordo com (i) sua adequação ao projeto de pesquisa do orientador e da Linha de pesquisa para qual se candidata; (ii) sua coerência; (iii) seu rigor argumentativo; e (iv) sua adequação metodológica. (Consultar os projetos dos orientadores no ANEXO II)

a.2) Na avaliação do Memorial Acadêmico será considerada a qualidade da escrita e a compatibilidade da trajetória do candidato com o projeto de pesquisa do orientador escolhido.

b) Arguição oral do Projeto de Tese (de caráter eliminatório). A arguição será feita remotamente por link a ser enviado aos candidatos selecionados pela Comissão de Seleção do Doutorado. Em caso de queda de rede de internet no dia agendado para a defesa será possível a remarcação para outra data acordada entre a banca de seleção e o candidato. **TODAS AS DEFESAS SERÃO GRAVADAS e arquivadas pelo ProPEd.**

b.1) O acesso ao link só poderá ser feito no horário previamente marcado.

b.2) A avaliação da arguição remeterá aos mesmos critérios de avaliação do item a.1.

b.3) O candidato com deficiência auditiva/surdez terá direito a intérprete de LIBRAS durante a arguição.

c) Avaliação, pela Comissão de Seleção de Doutorado e pelo orientador sugerido pelo candidato, do Currículo Lattes (caráter classificatório):

c.1) Só serão consideradas para efeito de pontuação as informações contidas no Currículo Lattes acompanhadas de documentação comprobatória referente aos últimos 5 anos.

c.2) Na avaliação do Currículo Lattes serão considerados os seguintes aspectos: produção acadêmica, experiência em pesquisa e experiência profissional na área.

4.2 Excepcionalmente, a prova de Língua Estrangeira será realizada **APENAS** para os efetivamente aprovados e matriculados no curso em 2022, em data a ser definida pela Coordenação do ProPEd assim que as condições sanitárias permitirem.

4.2.1 Só será concedida isenção em Língua Estrangeira ao candidato que solicitá-la no formulário de inscrição inserindo a documentação comprobatória.

4.2.2 Serão aceitas isenções de todas as Línguas Estrangeiras.

4.2.3 Poderão solicitar isenção em provas de Língua Estrangeira:

a) Candidato que tenha comprovante de aprovação em prova de Língua Estrangeira em concurso feito para curso de Mestrado credenciado pela CAPES. Quando não comprovado em histórico escolar, o documento comprobatório deverá ser apresentado no ato da inscrição, em conformidade com os termos da alínea “k” do item **3.2** deste edital.

b) A isenção da(s) Prova(s) de Língua Estrangeira não será automática e dependerá de homologação da Comissão de Seleção de Doutorado que será realizada no exame da documentação apresentada. O resultado do pedido de isenção será publicado com o resultado da homologação do pedido de isenção.

- c) Candidatos estrangeiros prestarão adicionalmente exame de proficiência em Língua Portuguesa, exceto aqueles oriundos de países lusófonos.
- d) Candidatos estrangeiros que comprovarem, por meio da obtenção do Certificado de Excelência em Língua Portuguesa (CELP), proficiência no uso da língua estarão isentos da prova de proficiência em Língua Portuguesa.
- e) Quanto à realização da prova Língua Estrangeira: **Excepcionalmente, a prova de Língua Estrangeira será realizada em data a ser definida pela Coordenação do ProPEd assim que as condições sanitárias permitirem.**

4.2.4 Objetivo e Critérios

- a) A prova de Língua Estrangeira terá por objetivo avaliar a proficiência instrumental em duas Línguas Estrangeiras. As provas terão duração máxima de 02 (duas) horas e 30 (trinta) minutos, sendo permitida somente a utilização de dicionário trazido pelo próprio candidato. O candidato que necessitar fazer a prova de proficiência em duas Línguas Estrangeiras terá o prazo máximo de 05 (cinco) horas para a realização em sequência das duas provas.
- b) Será considerado aprovado na(s) prova(s) de Língua Estrangeira, o candidato que obtiver em cada uma a menção **apto**.
- c) O candidato que obtiver a menção não apto na(s) prova(s) de Língua Estrangeira poderá realizar novo exame dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua realização;
- d) Caso obtenha nova reprovação na(s) prova(s) de Língua Estrangeira, o candidato será desligado do curso;
- e) Candidato estrangeiro que não obtiver a menção **apto** no exame de proficiência em Língua Portuguesa será eliminado do processo seletivo.

V. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS:

- a) Será considerado aprovado para a continuidade do processo seletivo o candidato que obtiver a menção **apto** na etapa eliminatória de avaliação do Projeto de Tese e do Memorial Acadêmico, conforme item 4.1 item a;
- b) Será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na avaliação oral do Projeto de Tese;
- c) Será atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) na análise conjunta do Currículo Lattes com o Memorial;
- d) Será considerado aprovado na avaliação oral do Projeto de Tese e na análise do Currículo Lattes o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete);
- e) Do resultado das etapas **b** e **c** (atendidas a exigência de nota mínima) será extraída uma média final ponderada com peso 6 (seis) para a avaliação oral (arguição) do Projeto de Tese e peso 4 (quatro) para a análise conjunta do Currículo Lattes com o Memorial Acadêmico;
- f) A média final mínima para a aprovação no processo seletivo será 7,0 (sete). O candidato poderá ser aprovado, mas não selecionado;
- g) A classificação final dos candidatos será divulgada por ordem decrescente da média final obtida pelo candidato, no projeto de pesquisa ao qual indicou vinculação; observando a destinação de 30% das vagas oferecidas por linha de pesquisa para os candidatos aprovados pelo sistema de cotas.
 - g.1) Não havendo entrada de candidatos aprovados pelas cotas, as vagas serão ocupadas obedecendo a classificação geral.
- h) Em caso de empate entre os candidatos, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:
 - h.1) Será dada prioridade de matrícula ao candidato que comprove ter renda familiar inferior a dez salários mínimos, ou ao de menor renda familiar, segundo a Lei Estadual nº. 8.469 de 15 de julho de 2019.
 - h.2) O mais idoso terá precedência, segundo o Estatuto do Idoso.

h.3) Maior nota na avaliação oral (arguição) do Projeto de Tese;

h.4) Maior nota na análise do Currículo Lattes.

i) Caso não haja candidatos aprovados entre os concorrentes a um mesmo projeto de pesquisa, poderão ser remanejados, a critério da Comissão de Seleção de Doutorado, candidatos aprovados concorrentes a outros projetos de pesquisa, sendo respeitada sua classificação, sob primazia do critério de compatibilidade acadêmico-conceitual e expressa anuência das partes envolvidas.

VI MATRÍCULA:

6.1 Os candidatos aprovados e selecionados terão direito à matrícula, em data a ser definida oportunamente e comunicada pelo ProPEd respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto e linha de pesquisa neste edital.

6.2 Para efetivar sua matrícula, o candidato deverá:

a) Fazer *upload* de uma foto 3x4 recente em sua ficha de inscrição (aba *uploads*).

b) Imprimir o formulário de matrícula em sua página de inscrição, no sítio www.proped.pro.br/selecao/

c) Apresentar à Secretaria do ProPEd, em data e horário a ser definido e informado posteriormente, pelo site do ProPEd (www.proped.pro.br), e por e-mail da secretaria, os **documentos originais**:

c.1) Diploma de **Mestrado, com data da defesa**, e indicação de reconhecimento do curso. Todos os documentos deverão estar validados pela instituição emissora;

c.1.1) No caso de a indicação de reconhecimento do curso não constar do diploma, o candidato precisará solicitar uma declaração à Instituição emissora do documento em que conste essa data.

c.2) Histórico escolar completo do Mestrado, validado pela instituição emissora;

c.2.1) Caso o candidato ainda não seja portador de seu diploma de Mestrado, será permitida a inscrição e matrícula, desde que apresente a certidão de conclusão do Mestrado, com data da defesa, indicação de reconhecimento do curso e histórico escolar oficial completo.

c.3) Carteira de identidade ou carteira de habilitação.

c.4) Cartão/comprovante de CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade.

c.5) 01 (uma) foto 3x4.

6.3 Sobre a entrega dos documentos, excepcionalmente, de forma a atender às recomendações sanitárias, a Coordenação do ProPEd informará aos candidatos, pelo site <<http://www.proped.pro.br>>, e por e-mail enviado pela Secretaria do ProPEd, quais serão os procedimentos adotados.

6.4 Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não apresentação da documentação original, poderão ser convocados outros candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste edital.

VII. CALENDÁRIO:

7.1 CALENDÁRIO GERAL

a) INSCRIÇÕES

Data: **26 de julho (10h) a 20 de agosto de 2021 (23h59).**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

b) RESULTADO DA INSCRIÇÃO

Data: **06 de setembro de 2021 após as 16h.**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado

c) RECURSO AO RESULTADO DA INSCRIÇÃO

Data: **08 a 09 de setembro de 2021 até as 23h59.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação:
www.proped.pro.br/selecao/

d) RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA INSCRIÇÃO

Data: **13 de setembro de 2021 após as 16h.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação:
www.proped.pro.br/selecao/

e) RESULTADO DA ANÁLISE DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL

Data: **17 de setembro de 2021 após as 16:00h.**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: <http://www.proped.pro.br/selecao/>
Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado.

f) RECURSO AO RESULTADO DA ANÁLISE DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL

Data: **20 a 21 de setembro de 2021 até as 23h59.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação:
www.proped.pro.br/selecao/.

g) RESPOSTA AOS RECURSOS DA ANÁLISE DO PROJETO DE TESE E MEMORIAL

Data: **28 de setembro de 2021 após as 16h.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação:
www.proped.pro.br/selecao/

h) DIVULGAÇÃO DAS DATAS DA ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO, MEMORIAL E DO CURRÍCULO

Data: **13 de outubro de 2021 após as 16:00h.**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/
Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado.

i) ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE, MEMORIAL E DO CURRÍCULO

Data: **18 de outubro a 18 de novembro de 2021.**

Horário: a ser comunicado no site do Programa de Pós-graduação em Educação:
www.proped.pro.br/selecao/

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado.

Local: **O LINK SERÁ ENVIADO AO CANDIDATO POR EMAIL PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO DOUTORADO.**

j) RESULTADO DA ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE, DO MEMORIAL E DO CURRÍCULO

Data: **26 de novembro de 2021 após as 16h.**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: <http://www.proped.pro.br/selecao/>
Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado

k) RECURSOS AO RESULTADO DA ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE, DO MEMORIAL E DO CURRÍCULO

Data: **29 e 30 de novembro de 2021 até as 23h59.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação:
www.proped.pro.br/selecao/

l) RESPOSTA AO RECURSO DA ARGUIÇÃO ORAL DO PROJETO DE TESE, DO MEMORIAL E DO CURRÍCULO

Data: **03 de dezembro após as 16h.**

Local: na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/

m) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Data: **10 de dezembro de 2021 após as 16h.**

Local: site do Programa de Pós-graduação em Educação: <http://www.proped.pro.br/selecao/>

Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado

n) DIVULGAÇÃO DA RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS

Data e local: **a ser definida posteriormente e divulgada no site do ProPEd (www.proped.pro.br/selecao/) e por email enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br).**

o) APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS ORIGINAIS PARA O ATESTE PELOS CLASSIFICADOS E RECLASSIFICADOS

DADA A EXCEPCIONALIDADE DO MOMENTO, OS PROCEDIMENTOS SERÃO INFORMADOS POSTERIORMENTE PELA SECRETARIA DO ProPEd.

7.2. CALENDÁRIO RELATIVO AO PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS:

Além de atender aos prazos do calendário geral, os candidatos à seleção por cotas devem ficar atentos aos prazos específicos. Aqueles que solicitarem isenção do pagamento de inscrição devem efetuar o pagamento, caso os pedidos sejam indeferidos, para continuarem participando do processo seletivo conforme estabelecido na alínea “c.1.4” do item III.

a) PERÍODO DE ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE COTAS PARA OS CANDIDATOS SELECIONADOS PARA A ARGUIÇÃO. Consultar o Anexo III

Data: **06 a 10 de setembro de 2021 até as 23h59.**

O candidato, que no ato da inscrição optou por concorrer ao sistema de cotas, **receberá um e-mail específico da Comissão de Seleção do Doutorado informando como deve proceder para fazer o *upload* dos documentos.** Esse e-mail será divulgado apenas para aqueles que tiverem sua inscrição homologada.

b) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS

Data: **18 de outubro de 2021 após as 16h.**

Local: Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br).

c) RECURSOS DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS

Data: **20 a 21 de outubro de 2021 até as 23h59.**

Local: Por e-mail enviado pela Comissão de Seleção do Doutorado (comissao_doutorado@proped.pro.br).

d) RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS

Data: **15 de novembro de 2021 após as 16h.**

e) PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS COM PEDIDO INDEFERIDO NA SITUAÇÃO COTISTA

Data: de **16 a 18 de novembro de 2021**

No site do CEPUERJ – gerar boleto e pagar a taxa de inscrição no valor de R\$100,00 (cem reais). (<https://www7.cepuerj.uerj.br/cepuerj.web2/login.do?method=login&projeto=E05879&ano=2022>)

f) PRAZO PARA ENVIO DO COMPROVANTE DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS CANDIDATOS QUE SOLICITARAM ISENÇÃO DO PAGAMENTO, MAS NÃO FORAM APROVADOS PARA CONCORRER ÀS VAGAS DESTINADAS AOS COTISTAS.

Data: de **19 a 23 de novembro de 2021, até às 23h59min, na página de inscrição do candidato, site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/**

OBS. O candidato que não enviar o comprovante será eliminado do processo seletivo

VIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, não sendo aceita a alegação de desconhecimento.

8.2 Os históricos escolares devem ser validados pela instituição expedidora.

8.3 A defesa do Projeto de Pesquisa por meio remoto poderá ser remarcada 02 vezes para o caso de acontecer queda de sinal no dia de sua realização. Persistindo o problema a Banca Examinadora poderá fazer a chamada por vídeo pelo aplicativo *WhatsApp* para realizar a Arguição.

8.4 O exame de seleção só terá validade para Curso que será iniciado no primeiro semestre de 2022.

8.5 Havendo desistência do candidato aprovado após o início das atividades didático-pedagógicas, fora do calendário de reclassificação, serão chamados, em ordem de classificação, os candidatos aprovados e não selecionados, até a sexta semana após o início do período letivo. Após esse período, mesmo que haja alguma desistência, os candidatos não serão mais chamados.

8.6 O Programa não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos arcados pelo candidato cuja inscrição não seja homologada pelo descumprimento do especificado no item 3.2, por falta a uma das provas, desistência durante o processo ou qualquer outra circunstância.

8.7 A Comissão de Seleção é composta por 05 (cinco) docentes e 05 (cinco) suplentes, os quais se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.

8.8 A Comissão de Seleção poderá, a seu critério, convocar outros membros do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ para participar das etapas de seleção.

8.9 O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da Comissão de Seleção.

8.10 A Comissão de Seleção reserva-se o direito de alterar o calendário, desde que não interfira nas etapas referentes à cotas, diante de circunstâncias que assim o justifiquem, dando ciência aos interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br/selecao/), e por e-mail da Comissão de seleção enviado aos candidatos.

8.11 O calendário pode ser alterado pelo DEPG, no que concerne aos resultados de análise e recursos de cota em função do número de candidaturas de cotistas. Qualquer alteração do calendário deve ser amplamente divulgada a todos os interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br/selecao/), e por e-mail da Comissão de seleção enviado aos candidatos.

8.12- A documentação original ou cópia autenticada anexada no momento da inscrição pelos candidatos selecionados no processo seletivo deverá ser apresentada em data a ser definida posteriormente pela Coordenação do ProPEd. A ausência ou não comprovação de qualquer documento implicará na eliminação do candidato, podendo assim ser chamado o próximo classificado da lista dos aprovados.

8.13 Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ.

8.14 As gravações das arguições dos candidatos classificados e não classificados no processo seletivo serão armazenadas pelo ProPEd por um prazo não superior a 90 (noventa) dias a contar da divulgação do resultado final da seleção. Após esse prazo, as gravações serão apagadas.

8.15 8.15 Os recursos deverão ser solicitados pela página de inscrição do candidato no site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br/selecao/. **Não serão aceitos recursos encaminhados por outras vias.**

8.16 A Coordenação do Programa é responsável pela gerência administrativa e de infraestrutura do processo de seleção.

8.17 Qualquer informação que não constar no presente edital deverá ser enviada para o e-mail da Comissão de Doutorado, divulgado neste edital e no site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br

IX. ENDEREÇO PARA INFORMAÇÕES:

Site do Programa de Pós-graduação em Educação: www.proped.pro.br

E-mail: secretaria@proped.pro.br

Email: comissao_doutorado@proped.pro.br

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2021.

Ana Chrystina Venancio Mignot
Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ

ANEXOS

Anexo I: **QUADRO DE VAGAS POR LINHA DE PESQUISA**

Anexo II: **LISTA DE PROJETOS**

Anexo III: **INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS**

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS POR LINHA DE PESQUISA

Linha: “Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais”

Professores	Vagas
Jane Paiva	02
Mailsa Passos	01
Maria da Conceição Silva Soares	02
Nilda Alves	01
Rosemary dos Santos de Oliveira	01
Total	07

Linha: “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura”

Professores	Vagas
Alice Ribeiro Casimiro Lopes	02
Elizabeth Fernandes de Macedo	02
Raquel Goulart Barreto	01
Rita de Cássia Prazeres Frangella	01
Talita Vidal Pereira	01
Total	07

Linha: “Educação Inclusiva e Processos Educacionais”

Professores	Vagas
Annie Gomes Redig	01
Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	02
Flávia Faissal de Souza	02
Luiz Antonio Gomes Senna	02
Rosana Glat	01
Total	08

Linha: “Infância, Juventude e Educação”

Professores	Vagas
Ligia Maria M. L. Leão de Aquino	02
Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald	01
Rita Ribes Pereira	02
Stela Guedes Caputo [Maristela Gomes de S. Guedes]	02
Walter Omar Kohan	02
Total	09

Linha: “Instituições, Práticas Educativas e História”

Professores	Vagas
Alexandra Lima da Silva	01
Ana Chrystina Venancio Mignot	01
Denise Medina	02
José Gonçalves Gondra	01
Márcia Cabral da Silva	02
Maria Celi Chaves Vasconcelos	02
Sônia de Oliveira Camara Rangel	01
Total	10

Total Geral	41
--------------------	-----------

ANEXO II LISTA DE PROJETOS

COORDENAÇÃO: ALEXANDRA LIMA DA SILVA

FLORES DE ÉBANO: ESCRITAS DE SI, TRAJETÓRIAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Este projeto analisa os significados das escritas de si na experiência de escravizadas e escravizados no século XIX. Objetiva interpretar os significados da inserção de tais sujeitos no universo da cultura escrita, sinalizando para a importância de compreender os diferentes saberes e experiências dos cativos. A partir do mapeamento e do cruzamento de documentos diversos, tais como autobiografias, relatos de viagem, correspondências, jornais, dentre outras fontes, procura compreender a importância da instrução na experiência de escravizados, com especial atenção aos Estados Unidos e ao Brasil. Defende as escritas de si como resistência e como caminho na luta pela conquista e ampliação de direitos.

COORDENAÇÃO: ALICE RIBEIRO CASIMIRO LOPES

TRADUZINDO A BNCC: O CASO DO ENSINO MÉDIO

Por meio da teoria do discurso e do enfoque desconstrucionista, tenho atuado na luta política tentando desconstruir hegemonias curriculares, desestabilizar estruturas fixadas, universalizadas e universalizantes, que visam a um suposto “projeto perfeito e redentor” de currículo e, por conseguinte, de educação, capaz de incluir a todos sem conflitos. Como parte deste trabalho teórico-estratégico, busco problematizar o discurso de que um universal igual para todos possa ser alcançado ou mesmo que seja desejável. Defendo que tal universal é sempre a representação de um particular que só pode se universalizar por meio de uma decisão (de um poder de decidir) que se faz em nome do outro, no lugar do outro, e busca controlar o processo de representação desse outro inserindo-o na mesmidade universalizante. Tendo em vista essa abordagem mais geral, decorrente de minha trajetória de pesquisa, neste projeto específico tenho por objetivo operar com a noção de tradução na investigação investigar de processos de “implementação” da reforma do ensino médio, com foco na noção de itinerário formativo. Tenciono investigar quais leituras serão (vêm sendo) feitas visando modificar a organização curricular; qual a relação que será (vem sendo) estabelecida com as comunidades disciplinares e com as identidades docentes construídas por meio das disciplinas, na medida em que o itinerário formativo é organizado por áreas de conhecimento; quais possibilidades serão (são) forjadas para que o diferir, associado aos contextos locais e às trajetórias docentes, não seja bloqueado; quais bloqueios do diferir permanecerão (permanecem) operando; como redes globais de produção curricular vêm operando na tentativa de bloquear processos de diferir. Simultaneamente, investigo as questões teóricas relativas à tradução nas políticas de currículo, ao antagonismo e à resistência. Busco problematizar tanto a noção de antagonismo quanto a noção de resistência por meio da desconstrução e da teoria do discurso. Nesse sentido, procuro argumentar que tanto o antagonismo que se constitui entre os projetos de formação para o mercado e formação para cidadania no nível médio de ensino, quanto a ideia de resistência por parte dos docentes e das escolas são insuficientes para interpretar a trama de diferentes discursos articulados na política curricular para esse nível de ensino. Este projeto se articula com projetos de mestrados, graduandos e doutorandos que, sintonizados com as mesmas perspectivas teóricas, focalizam outros níveis e modalidades de ensino, bem como outros aspectos do currículo e da política curricular.

COORDENAÇÃO: ANA CHRYSTINA VENANCIO MIGNOT

DESTINOS ENTRELAÇADOS: UMA MILITANTE DO LAICATO CATÓLICO NA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Interpretar a presença da educadora católica Laura Jacobina Lacombe na Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP), de 1953 a 1980, tomando como fio condutor as viagens que realizou para participar dos eventos internacionais da entidade em diferentes países e que se constituíram em espaços para a produção, circulação e formulação de políticas de educação infantil, é o objetivo do presente estudo. Para tanto pressupõe examinar a trajetória da educadora para além dos debates travados com os educadores pioneiros, o que implica admitir como ponto de partida que sua inserção em diversas associações se deu de forma concomitante, numa intrincada rede de educadores brasileiros e estrangeiros, católicos e laicistas, defensores das escolas públicas ou das escolas particulares. Seguir seus passos por diferentes espaços significa mapear as associações pelas quais passou procurando interpretar como nelas se empenhou para hegemonizar uma perspectiva católica na educação. Trata-se,

pois, de assumir a perspectiva da história conectada que exige cartografar instituições nacionais e internacionais católicas e laicas, circulação de sujeitos e idéias, bem como a recepção das mesmas que se consubstanciaram em políticas de defesa dos direitos das crianças, de formação de professores e ampliação das escolas de educação pré-escolar. Tal opção possibilita interrogar sua participação na cena educacional para além dos anos de 1920 e 1930, consagrada na historiografia da educação, alargando, assim, a compreensão sobre a militância católica que lançou mão estrategicamente da criação da OMEP/Brasil para ampliar sua participação no debate internacional travado em favor da educação infantil.

COORDENAÇÃO: ANNIE GOMES REDIG

O PROCESSO DE TRANSIÇÃO EDUCACIONAL PARA A VIDA INDEPENDENTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TEA EM UM MUNDO (PÓS)PANDEMIA

O advento da educação inclusiva apresenta desafios para a sociedade contemporânea, principalmente no que tange o momento pós-escola para os sujeitos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista (TEA). A escola é uma etapa da vida do indivíduo que vai além do ensino de conteúdos acadêmicos, mas também o desenvolvimento de habilidades para a vida independente. Acreditamos que a escola precisa elaborar práticas que permitam ao aluno o desenvolvimento de habilidades para a vida independente e, nesse contexto, contemplar não somente o aprendizado de conteúdos acadêmicos, mas a autonomia e independência, inserção no mercado de trabalho, ensino superior, cursos profissionalizantes e demais áreas. Com o surgimento da pandemia causada pela Covid-19, as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores, precisaram ser ressignificadas e conseqüentemente o processo de ensino-aprendizagem destes alunos foi afetado. Sendo assim, o presente projeto tem como objetivo analisar o processo de transição para a vida independente no itinerário formativo de jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou TEA, levando-se em consideração o contexto (pós)pandemia da Covid-19. Para tal, será utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa nos pressupostos da pesquisa-ação e com a elaboração de cursos de formação continuada docente, protocolos de aplicação do Plano Individualizado de Transição e potencializar a voz dos sujeitos com deficiência intelectual e TEA.

COORDENAÇÃO: CÁTIA CRIVELENTI DE FIGUEIREDO WALTER

VAMOS CONVERSAR: O USO DE DISPOSITIVOS GERADORES DE FALA (DGF) POR CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

Resultados promissores vêm demonstrando a eficácia de recursos de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) elaborados com alta tecnologia. Considerando a necessidade de se empregar a alta tecnologia nos recursos de CAA e os resultados promissores no uso do PECS-Adaptado (WALTER, 2000) na promoção da comunicação funcional de pessoas com TEA, a presente pesquisa tem como objetivo principal desenvolver um programa de CAA com o *SPEAKall*, utilizando Dispositivos Geradores de Fala (DGF), associado ao PECS-Adaptado e avaliar seus efeitos no desenvolvimento de linguagem e comunicação de crianças com TEA, com necessidades complexa de comunicação, sem fala funcional. Os objetivos específicos são: a) proceder uma revisão sistemática da literatura sobre os efeitos do uso do DGF na comunicação de crianças com dificuldades severas de fala; b) adaptar o programa *SPEAKall* associado ao PECS-Adaptado e avaliar seus efeitos em crianças com TEA, sem fala funcional; c) avaliar o desenvolvimento de fala e interação de crianças com TEA após utilizar o programa *SPEAKall* associado ao PECS-Adaptado; d) desenvolver o manual em mídias digitais para que os pais e professores possam utilizar o programa de CAA associado aos DGF nos diferentes contextos; e) capacitar professores o ensino infantil e básico da rede municipal pública do Rio de Janeiro no uso do novo programa de CAA com seus alunos com TEA sem fala funcional. Participarão da pesquisa 10 a 15 crianças com idade variando entre 4 e 12 anos, com diagnóstico de TEA, sem fala funcional e/ou com necessidade complexa de comunicação e seus responsáveis, 30 professores do ensino básico e fundamental de escolas públicas do estado do Rio de Janeiro. Os instrumentos são protocolos de avaliação do grau de autismo, das características da linguagem, da comunicação funcional, do repertório semântico e do funcionamento cognitivo, protocolos de registro diário do uso do *SPEAKall*, protocolo que mede níveis de suporte oferecido e autonomia para comunicar algo desejado baseado no PECS-Adaptado, lista de itens de interesse e avaliação de comportamentos interativos. Espera-se que os resultados obtidos com a pesquisa possam ser aplicados em diferentes contextos e com participantes de diferentes idades e busca maior internacionalização com a *University of Central Florida* (EUA) no uso de novas tecnologias em CAA.

COORDENAÇÃO: DENISE MEDINA FRANÇA

PROCESSOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E CIRCULAÇÃO DA MATEMÁTICA PARA ENSINAR: DA ESCOLA NORMAL AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (1930-1961)

O presente estudo insere-se na linha de pesquisa “História da Educação Matemática no Brasil” desenvolvido pelo GHEMAT Brasil – Grupo Associado de Pesquisadores de História da Educação Matemática e vincula-se ao projeto maior que tem como objetivo geral analisar aspectos dos processos e dinâmicas de sistematização de saberes matemáticos destinados à formação de professores que ensinam matemática no período 1890-1990, no Brasil. No caso do Rio de Janeiro (GHEMAT-RIO) desenvolveremos o projeto Processos de internacionalização, profissionalização e circulação da matemática para ensinar: da Escola Normal ao Instituto de Educação do Distrito Federal (1930 a 1961), que toma como principal objetivo buscar indícios, por meio do saber matemático presente em diferentes documentos selecionados no Centro de Memória da Educação Brasileira- CMEB -, de como foram produzidos, sistematizados e institucionalizados os saberes profissionais do professor que ensina matemática pelos professores do hoje denominado, Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro-ISERJ, no período estudado. Para tal vale-se, sobretudo, de aparato teórico-metodológico no âmbito sócio-histórico, que mobiliza as categorias de análise como saberes profissionais, saberes objetivados, sistematização dos saberes, institucionalização e expert. Personagens que detêm numa dada época saberes reconhecidos socialmente e guindados a ocuparem cargos no aparelho estatal, os experts elaboram e/ou coordenam propostas para a formação matemática de professores dos primeiros anos escolares, que se tornam elementos de políticas públicas para a educação. A partir do inventário desses experts e suas produções para a formação de professores que ensinam matemática, o projeto intenta mapear essa produção, investigar a sua circulação e posteriormente analisar como ela se articula em nível nacional verificando a existência ou não de consensos sobre a matemática a estar presente na formação de professores. O projeto norteia-se pelas seguintes questões: Que saberes matemáticos para ensinar produzidos pelos professores desta Instituição foram considerados como referência? Que elementos das trajetórias profissionais aproximam os personagens inventariados? Que temas foram abordados prioritariamente nos textos elaborados pelos experts? Que matrizes teóricas foram mobilizadas pelos personagens na escrita de propostas para o ensino de matemática nos primeiros anos escolares (entenda-se, aqui, por matrizes teóricas, autores e obras referenciadas pelos experts na produção de seus textos).

COORDENAÇÃO: ELIZABETH FERNANDES DE MACEDO

CURRÍCULO, CULTURA E DIFERENÇA

O grupo desenvolve estudos sobre teoria do currículo, assim como sobre política curricular, amplamente entendida como políticas públicas promulgadas pelo Estado e nas escolas. Opera com inflexão pós-estrutural, dialogando com Stephen Ball, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Wendy Brown, Judith Butler, Homi Bhabha, bem como com Jacques Derrida. Em termos gerais, a política tem sido entendida como processos de significação que também produzem o contexto em que acontecem. Nesse sentido, os discursos políticos são assumidos, como sugere Brown, como uma normatividade performativa ou uma forma de governo com efeitos imprevisíveis. Os projetos desenvolvidos recentemente no grupo têm a ver, principalmente, com o fato de que, em 2017, o governo brasileiro ter exarado um currículo nacional obrigatório para também subsidiar testagens centralizadas em todo o país. Em quatro movimentos distintos, o grupo tem: (a) mapeado as redes das demandas em ação nesse processo, principalmente preocupadas com o crescimento de demandas conservadoras; (b) mapeado as redes ao longo das implementações em curso do currículo nacional ocorrendo nos níveis estaduais, especialmente a atuação da edu-business durante esses processos; (c) refletido sobre os efeitos das políticas educacionais nacionais sobre as subjetividades de alunos e professores; e (d) trabalhado em colaboração com as burocracias estaduais, escolas e professores para produzir políticas públicas localizadas.

COORDENAÇÃO: FLÁVIA FAISSAL DE SOUZA

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO, RELAÇÕES DE ENSINO E CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

A Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, embora tenha como foco a matrícula dos alunos com deficiência no ensino regular, tem seu desenho político focado no serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que deve ser ofertado no contra turno nas Sala de Recursos Multifuncionais. Contudo, na medida em que os alunos com deficiência estão matriculados no ensino regular, as políticas de Educação Básica que circulam e são atuadas no cotidiano escolar, também afetam as relações de ensino e as condições de

desenvolvimento dos alunos com deficiência. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar os efeitos das políticas de Educação Básica e de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nas relações de ensino e, conseqüentemente, nas condições desenvolvimento dos alunos com deficiência no ensino regular, considerando como as interpretações, traduções e atuações das políticas são vivenciadas pelos alunos com deficiência em uma escola de Ensino Fundamental I da rede pública de um município na Baixada Fluminense/RJ. Tal problemática, está ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da perspectiva histórico-cultural, de L.S. Vigotski, em especial, a relação dialética entre o meio e a vivência/*perejivanie*, intrínseca a sociogênese do desenvolvimento humano; os estudos no campo da defectologia; e, as relações de ensino. Ainda, pressupondo a implicação da dimensão política do meio nos processos de escolarização e de desenvolvimento humano, propomos um diálogo com os estudos sobre as políticas educacionais do campo da sociologia de S. Ball e colaboradores, trazendo para o debate os conceitos e instrumentos analíticos de política, da abordagem do ciclo de políticas e da teoria de atuação em políticas. Para tal, serão analisados documentos que tratam das diretrizes políticas nacionais e locais; documentos que tratam das traduções e interpretações das políticas atuadas na escola; e, os registros da pesquisa com a escola, buscando dar visibilidade analítica a vivência dos alunos com deficiência nas relações de ensino no contexto de uma escola. Por fim, os dados construídos e sistematizados serão analisados de forma qualitativa à luz dos referenciais teórico-metodológicos assumidos.

COORDENAÇÃO: JANE PAIVA

APRENDIZADOS AO LONGO DA VIDA: SUJEITOS, POLÍTICAS E PROCESSOS EDUCATIVOS

Os projetos acolhidos no âmbito do Grupo de Pesquisa têm por finalidade o desenvolvimento de investigações visando à consolidação da área da educação popular (EP) e da educação de jovens e adultos (EJA), por meio da produção de conhecimentos sobre questões candentes nos campos indicados, carentes de visibilização no cenário da educação brasileira. Essa produção diz respeito não apenas a questões clássicas, como alfabetização e pós-alfabetização e práticas pedagógicas de escolarização, mas também de muitas outras referentes a como aprendem sujeitos, especialmente de classes populares, nas práticas sociais e, ainda, como são afetados quando interditados do direito à educação, pelas muitas formas como são acometidos, face à desigualdade social. Para tratar desse argumento quanto aos efeitos possíveis de diversas interdições a direitos, põem-se em teste as categorias analíticas de dor e de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009), visando à compreensão de sentidos, emoções e sentimentos relatados por quem os vivencia, em qualquer fase de suas vidas. Emoções e sentimentos tomam em conta contextos históricos e políticas socioeconômicas, culturais, educacionais e mudanças que foram sendo produzidas complexamente na ordem das famílias, do trabalho e renda, da cidadania e em questões da diversidade (de gênero, étnico-racial, de classe social). Esses elementos constelacionais impactam o princípio constitucional da dignidade humana. Para sistematizar e instituir novos suportes de texto às investigações, ampliando modos de divulgação científica, valoriza-se a perspectiva de cultura audiovisual, explorada em registros imagéticos e tecnologias digitais usados em trabalhos de campo. Esses produtos da cultura audiovisual apresentam, problematizam e dão vida às histórias desses sujeitos — histórias essas resultantes da desigualdade social que conformam, na realidade atual, conceitos e princípios abstratos relacionados à interdição do direito à educação, a saber: dignidade humana; reconhecimento social; dor; sofrimento ético-político — além de outros que possam emergir dos estudos. A conservação e disponibilização da produção da EP e da EJA — tanto a memória presente quanto a passada — têm, também, a intenção de, preservando e mantendo acervos *online* e físicos, subsidiar novas ações de pesquisa e de ensino, pela (re)interpretação da história da educação, ao investigar materiais, documentos e registros, reconstituindo a história de experiências, de fazeres e aprendizados de protagonistas em programas e projetos que alimentam/aram o campo.

COORDENAÇÃO: JOSÉ GONÇALVES GONDRA

A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SABERES, PODERES E SUJEITOS (1808-1834) – FASE IV

A pesquisa focaliza a reflexão historiográfica em torno do período da história da educação brasileira que corresponde ao aparecimento da escola como forma privilegiada de intervenção no curso da vida, funcionamento da sociedade, gestão da população e nos processos de subjetivação. Trata-se, portanto, de privilegiar o estudo referente ao período que corresponde ao funcionamento do Estado Imperial e analisar as representações que vêm sendo forjadas a respeito deste período na historiografia da educação brasileira. Deste modo, pretende-se interrogar a presença dos sujeitos/instituições e as relações dos mesmos com a configuração de problemas, fontes e abordagens

na escrita da história da educação brasileira, enfatizando, para tanto, o exame da escrita que recobre o período entre 1808 e 1834. De modo correlato, mas na direção invertida, trata-se de pensar o modo como as configurações referidas procuram instaurar determinadas tradições no que se refere à documentação, acervos e práticas de escrita e ensino de história da educação no Brasil e seus efeitos na formação dos profissionais da educação. Na fase atual da pesquisa dar-se-á sequência ao estudo de experiências nacionais de escrita da história da educação procurando, observar relações entre os projetos de emancipação, independência e recolonização com os processos de construção da nação e de formação do povo. O foco incidirá na experiência brasileira, entre 1808 e 1834, com incursões mais ou menos tópicas nos processos desenvolvidos em outros países dos continentes americano e africano, enfatizando as complexas mediações entre os jogos de saber, poder e protagonismos nos processos de instrução/educação e suas relações com os movimentos emancipatórios.

COORDENAÇÃO: LIGIA MARIA M. L. LEÃO DE AQUINO

EDUCAÇÃO INFANTIL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A INFÂNCIA

O presente projeto é um desdobramento do projeto anterior, Unidade de Educação Infantil Universitária: Políticas e Práticas para a Infância em diálogo com o Ensino, a Pesquisa e a Extensão [2018-2021], visando compreender o papel das Unidades de Educação Infantil em Instituições Acadêmicas quanto a sua atuação em pesquisa – ensino – extensão na produção do conhecimento sobre a infância e a educação infantil. Busca-se ainda identificar como o conhecimento produzido a partir dessas unidades se relaciona com as funções precípuas de suas Instituições. Até 2021 as pesquisas por mim desenvolvidas tinham como *locus* de investigação as Unidades Universitárias de Educação Infantil, entretanto, nesse novo período que se inicia, o foco se dedica às unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Rio de Janeiro, de modo a ampliar os estudos realizados até aqui sobre as Unidades Universitárias de Educação Infantil (UUEI). Busca-se considerar mais um tipo de instituição acadêmica, que se caracterizam pelas funções de ensino, pesquisa e extensão. As investigações que temos desenvolvido em nosso Grupo de Pesquisa, desde 2010, sobre as UUEI, permitiram compreender a relevância destas, que para além do atendimento às crianças de 0 a 5 anos, têm funcionado como *locus* de ensino, pesquisa e extensão para diversas áreas do conhecimento sobre a infância nas últimas quatro décadas. As UUEI referências para nossas investigações nessa década estão localizada no Estado de São Paulo (Estaduais) e no Rio de Janeiro (Federais), com destaque a da USP-Ribeirão Preto e as da UFF e a da UFRJ. Guardada uma série de diferenças na trajetória e características dessas unidades, elas têm em comum a sua origem associada ao interesse de criar um *locus* de ensino, pesquisa e extensão para áreas da Saúde, Educação e Assistência em diálogo com a infância. Outra característica comum é a de terem se organizado para atender às crianças filhas de funcionários e estudantes do ensino superior de suas instituições, isto é, tinham um caráter institucional e assistencial. Esse caráter se altera em várias instituições federais a partir de uma determinação do Conselho Nacional de Educação, a Resolução nº 1/2011 (Brasil, 2011). Entretanto, as unidades de educação infantil da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, não se submeteram a essa determinação, fato que instiga a pesquisar essa instituição e sua decisão. Além disso, a educação infantil da Fiocruz, que existe há mais de três décadas, é reconhecida nacionalmente por seu trabalho e produção voltados para a pequena infância. Ao trazer essas unidades para foco de nossas pesquisas, retomamos os percursos metodológicos adotados para investigar as UUEI's acima mencionadas, no sentido de produzir material que permita compreender o papel das Unidades de Educação Infantil em uma Instituição Acadêmica como a Fiocruz, mas agregando outros instrumentos e estratégias que deem conta de suas especificidades. A pesquisa continuará a fundamentar-se, como nas pesquisas anteriores, em literatura especializada sobre infância, educação infantil, produção do conhecimento acadêmico, recorrendo a estudos de diversas áreas das Ciências Humanas, especialmente a História, Sociologia, Ciência Política e Educação. Para o próximo trênio visamos retornar aos estudos de Fúlvia Rosemberg (1992; 1996; 1998; 2006; 2011) e suas contribuições para pensar a infância e as políticas a elas destinadas. Temos identificado a necessidade de aprofundarmos os estudos feministas, uma vez que a infância e as condições de vida das crianças permanecem intensamente vinculadas às mulheres e seu lugar na sociedade. Outro foco trazido para construção do quadro teórico que embasa nossas análises está na temática sobre a negritude, visto que é as condições de vida da população negra no Brasil são profundamente marcadas pelo racismo, elemento estrutural em nossa sociedade, o que exige seu enfrentamento. Essas duas questões precisam ser abordadas na sua interseccionalidade, que temos como referências iniciais Angela Davis (2018), Hirata (2014), Lélia Gonzalez (em Rios e Lima, 2020), Sueli Carneiro (2011), Ana Isabel González (2010), Federicci (2019), Faria (2006), Oliveira e Abramowicz (2009), Rosemberg (1996; 1998; 2011), dentre outros. Os instrumentos metodológicos já adotados anteriormente nas investigações nas UUEI serão retomados para esse novo campo, como a ficha de identificação da unidade, planilha Excel para catalogação da

produção acadêmica, caderno de campo e entrevistas a serem definidas no contato com a equipe responsável pelas unidades da Fiocruz e a autorização de acesso às unidades. A metodologia e os instrumentos utilizados podem ser redefinidos no processo de desenvolvimento da pesquisa e conforme questões relevantes e afetas aos objetivos da pesquisa emergem do campo e, ainda, com as contribuições da revisão bibliográfica e a análise do material.

COORDENAÇÃO: LUIZ ANTONIO GOMES SENNA

PREDICAÇÃO E BILINGUISMO CULTURAL: PROPRIEDADES SINTÁTICO-FUNCIONAIS DO PROCESSO DE PREDICAÇÃO NA FALA, NA ESCRITA ALFABÉTICA E NAS LÍNGUAS DE SINAIS

A educação de surdos chega ao século XXI em busca da consolidação de um sofisticado processo de ensino-aprendizagem baseado no princípio da integração do sujeito às práticas sociais sem prejuízo de suas características individuais. Neste sentido, modelos de educação bilíngue bimodal têm sido amplamente discutidos e empregados em escolas especiais e regulares. Este projeto está associado aos esforços para o desenvolvimento deste modelo de educação do sujeito surdo, tendo por objeto as diferenças entre os modos de expressão da operação predicativa nos sistemas gramaticais da fala, da língua de sinais e da escrita alfabética. O estudo associa os modos de organização frasal a modos de representação de mundo e tem por objetivo descrever as diferenças entre as formas de distribuição sintática dos termos da operação de predicação nos três tipos de sistemas de expressão. Com os resultados, buscam-se recursos para caracterizar a produção do sujeito surdo em escrita alfabética como textos em que se apresentam traços de bilinguismo cultural. A pesquisa explora um inventário de categorias de predicadores verbais, derivado de pesquisa realizada no período entre 2009 e 2012, aplicando-o no processo de comparação e análise da estrutura frasal nos três tipos de sistemas de expressão em análise. [...] Os pesquisadores vinculados ao grupo de pesquisa Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais reconhecemos e prezamos o direito humano incondicional à identidade, à expressão e à representação; repudiamos toda e qualquer forma de intolerância, abuso ou violação do Estado democrático; somos um colegiado laico, cujo compromisso fundamental consiste na defesa da pessoa humana e sua preservação contra mecanismos, seitas ou grupos minoritários que pregam o ódio ou a exclusão.

COORDENAÇÃO: MAILSA CARLA PINTO PASSOS

NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS: REPRESENTATIVIDADE, ARTE E POLÍTICA PARA A DESCOLONIZAÇÃO

O projeto de pesquisa “Narrativas de mulheres negras: representatividade, arte e política para a descolonização” tem como objetivo principal compreender as narrativas potencialmente descolonizadoras que circulam nos cotidianos dos ambientes educativos, especificamente aquelas produzidas por mulheres negras e os impactos dessas narrativas na emancipação de crianças e jovens afrobrasileiros e em seus processos identitários. É uma pesquisa que se desenvolve no campo do Cotidiano e que prevê a produção do conhecimento proposto a partir de um conjunto de oficinas realizadas em escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, de Salvador e de Vitória do Espírito Santo, cujo objetivo é compreender o impacto descolonizador dessas narrativas. Optamos assim por não “falar sobre” estas as mulheres, mas “entrar em diálogo” com elas, através de suas enunciações, ressignificando a lógica imposta pela ordem colonial. O presente projeto insere-se na trajetória de pesquisa do grupo de pesquisa, que tem se debruçado sobre questões relativas aos processos identitários e repertórios culturais das populações afrodiáspóricas numa perspectiva dialógica, na busca de uma ecologia de saberes e na construção de uma educação antirracista. O projeto tem ainda como base teórica os estudos da linguagem de Mikhail Bakhtin, a discussão sobre justiça cognitiva de Boaventura de Sousa Santos; além de autoras e autores que se dedicaram a estudar a ordem colonial e o silenciamento/invisibilização/apagamento dos saberes das populações negras e/ou originárias, tais como Frantz Fanon, Lélia Gonzales, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Walter Dignolo, Manuel Castells, Catherine Walsh.

COORDENAÇÃO: MÁRCIA CABRAL DA SILVA

LIVROS ESCOLARES DE LEITURA NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: UMA MORFOLOGIA (1889-1930)

Ao longo do século XX observou-se interesse crescente em torno de livros escolares de leitura tratados tanto como fonte quanto como objeto de investigação no âmbito da pesquisa histórica. No caso do Brasil, pesquisas na área se avolumam e indicam esforços no sentido de se estabelecer uma morfologia mais precisa em relação aos livros escolares de leitura (Batista, Galvão & Klinke, 2002), visto que nas pesquisas historiográficas se observa acentuada oscilação em relação à nomenclatura – manual pedagógico, livro didático, livro escolar, livro infantil, série

graduada de leitura, livro de leitura, livro escolar de leitura -, provavelmente por se tratar de uma fonte relativamente recente nos estudos históricos, pela natureza descartável desse tipo de material escolar ou mesmo pela diversidade de abordagens que permite, como mostram as pesquisas a esse respeito desenvolvidas por Alain Choppin (2002 e 2004) e Agustín Escolano (2012). A natureza múltipla das abordagens em relação a esse objeto e fonte pode ser percebida em artigos, dossiês, trabalhos e livros que se ocupam do tema. Sem descuidar da problemática que envolve tais interfaces, neste projeto busca-se examinar, em particular, os tipos de livros escolares de leitura associados às narrativas ficcionais visando ao segmento do leitor infantil. Conforme a historiografia do livro endereçado às crianças brasileiras tem assinalado (Arroyo, 1968; Lajolo & Zilberman, 1994; Silva & Bertolotti, 2017), o campo do que se convencionou denominar Literatura Infantil anos mais tarde passou a ganhar forma somente a partir de um sistema literário consolidado (Candido, 1981). De um lado, observou-se a emergência de uma produção mais contínua; de outro, a consolidação de instituições que a legitimasse e, ainda, a existência de um público consumidor diferenciado daquele denominado público adulto. Antes disso, havia um formato bastante peculiar de livros escolares de leitura que associavam conteúdos escolares – hinos cívicos, descrições geográficas, feitos históricos - com a tipologia das narrativas ficcionais: enredo, personagem, narrador. Por que, afinal, buscou-se associar conteúdo escolar com narrativas ficcionais em livros que comporiam as bibliotecas das escolas primárias e se adaptariam aos programas escolares? Neste projeto, busca-se responder essa indagação ainda pouco explorada nos estudos relativos aos livros de leitura que foram produzidos e circularam na Primeira República no Brasil. De um modo geral, interessa-nos agregar pesquisadores que investiguem a história do impresso, do livro e da leitura, com especial ênfase no período analisado.

COORDENAÇÃO: MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS

ENTRE A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE DE ENSINAR: ASPECTOS HISTÓRICOS DAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DOMÉSTICA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Nos últimos anos, a mídia brasileira tem registrado um aumento significativo de famílias que optam pela educação doméstica, retirando os filhos da escola, embora existam inúmeras restrições legais a essa prática. Esse contexto de divergências impõe um debate para além das políticas educacionais, que revela a necessidade de se buscar na história da educação a gênese dos movimentos de escolarização, a partir do formato que, inicialmente, serviu como modelo ao nascente sistema de ensino escolar brasileiro, a educação doméstica, praticada ao longo de todo o século XIX, pelas famílias que podiam arcar com seus custos. Assim, a pesquisa em pauta se constitui em um estudo aprofundado sobre a educação doméstica, prática recorrente no Rio de Janeiro oitocentista, da qual faziam uso, notadamente, as famílias pertencentes às camadas mais favorecidas na estrutura social vigente. O objetivo central do projeto é, portanto, ampliar a investigação acerca deste fenômeno educativo, a educação doméstica, com a finalidade de evidenciar aspectos que possam contribuir com a discussão atual sobre a legalidade e a legitimidade dos espaços de educação, sob uma perspectiva histórica. Em um plano mais específico, o estudo pretende investigar a arquitetura dessa prática, os locais e como ocorria o seu funcionamento, o cotidiano de seus agentes, os manuais utilizados e a sistematização dos métodos de ensino, bem como os lugares onde foi majoritária em relação à escola instituída na Província do Rio de Janeiro. Espera-se, ainda, analisar a convivência entre as modalidades de ensino naquele tempo e contexto, verificando as circunstâncias que marcaram a progressiva transição “da casa para a escola” como espaço reconhecido de educação. No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, histórico-documental, na qual será utilizado um repertório diversificado de fontes que denotam a existência e a permanência da educação doméstica como uma modalidade de ensino, já adiantado o processo de escolarização da educação. Em meio às fontes documentais selecionadas para a pesquisa, destacam-se os periódicos, relatórios oficiais, a literatura da época, cartas de viajantes, egodocumentos, registros de testemunhos da memória daqueles que observaram e vivenciaram a educação doméstica. Com os resultados obtidos, o projeto tenciona contribuir não apenas para os estudos do campo da história da educação, mas trazer elementos para a discussão atual, na qual, um século depois da supremacia incontestável da escola na legalidade e legitimidade de ensinar, algumas questões se colocam diante das possibilidades trazidas pelas inovações tecnológicas, entre elas, a perspectiva e os limites da educação doméstica voltar a se constituir em uma modalidade instituída de educação.

COORDENAÇÃO: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA SOARES

PROFESSORAS EM DEVIR: FABULAÇÕES IMAGÉTICAS DE SI, PROBLEMATIZAÇÕES DO FEMININO E IMPLICAÇÕES PARA A DOCÊNCIA

Este projeto, em continuidade às pesquisas que temos desenvolvido na interface entre narrativas audiovisuais,

formação docente e diferença, busca pensar processos de formação de professoras, tomados como processos de subjetivação, e intervir em contextos de invenção de si associados a regimes de imagem com o propósito de problematizar concepções de feminino, bem como saberes-fazer-poderes a elas relacionados. O que nos move são questões que emergiram com pesquisas anteriores, apontando que percepções de si agenciadas por uma concepção normalizadora de feminino que naturaliza o sistema corpo-gênero-sexualidade prevalecem entre estudantes e professoras, sugerindo que a escolha da profissão tem a ver com “ser mulher” e implicando uma imagem de docência informada por estereótipos de gênero, que quase sempre exige um apagamento da independência, da força e da sensualidade. Ao mesmo tempo, imagens de si produzidas por essas mulheres e compartilhadas em redes sociais indicam diferentes modos como se dão a ver e que constituem outros discursos que também tecem a formação. Considerando as audiovisualidades contemporâneas como dispositivo de pesquisa-intervenção na formação de professoras e na pesquisa em Educação, realizaremos, como procedimento metodológico, ensaios fotográficos e videográficos com estudantes de pedagogia e de licenciaturas e com professoras, nos quais elas serão estimuladas a fabularem imagetivamente sobre si, a se narrarem do modo como desejam se ver ou serem vistas. Esse material fotografado e filmado, além de constituir o corpus da pesquisa, integrará um vídeo-documentário a ser exibido em outros espaços-tempos de formação. Almejamos que a função fabuladora desencadeada com esses ensaios produza novas/outras imagens potentes para pensarmos a docência.

COORDENAÇÃO: MARIA LUIZA MAGALHÃES BASTOS OSWALD

JOVENS EM SUAS MÚLTIPLAS REDES EDUCATIVAS: SUBVERTENDO AS RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTO E PODER – FASE II

O Projeto que proponho, vinculado ao Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Educação e Cultura/IJEC e à Linha de Pesquisa Infância, Juventude e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação/ProPEd da UERJ, dá continuidade ao anterior, tendo por objetivo conhecer como jovens, inseridos em classes menos privilegiadas, subvertem a relação entre conhecimento e poder nas múltiplas redes educativas em que atuam. A relevância dos resultados da Fase I justifica a continuidade do foco, inclusive em função do quanto ainda há a se pesquisar sobre o tema. Embora diversos em suas temáticas, os estudos referentes ao último triênio (2017-2020) vêm apontando o quanto os jovens nas múltiplas redes em que atuam, fazendo uso de suas “artes de fazer” (Certeau, 2000), subvertem a desigualdade entre os que mantêm o poder do conhecimento e os que não o mantêm, estruturada pelo atual estágio de reprodução do sistema econômico capitalista. Tais resultados coincidem com a constatação de que o conhecimento não é promovido apenas pela escola, mas é tecido nas muitas ações cotidianas dos sujeitos ordinários, que se configuram como redes educativas. São essas redes que o projeto pretende continuar conhecendo, esperando que, ao produzir ecos nos campos da educação, da cultura e da vida cotidiana, elas possam ser instauradoras de relações intergeracionais alteritárias e dialógicas. Em outros termos, trata-se de viabilizar a constituição de redes digitais de significações que, abarcando as múltiplas maneiras de ser jovem hoje, propicie o reconhecimento das mesmas como táticas instituintes de identidades e subjetividades. Entendendo que a pesquisa é um acontecimento que ocorre por intermédio do movimento constante entre teoria e empiria, que envolve incertezas, dúvidas, revisão dos objetivos e dos procedimentos metodológicos em coerência com o papel central da linguagem no projeto, minha expectativa em relação aos resultados do projeto que proponho é a de que ele possa se constituir como experiência formativa para mim e para meus orientandos, bem como para os sujeitos de nossos estudos. Que esses estudos possam deixar em pesquisadores e pesquisados marcas que nos impulsionem a partilhar nossa experiência com o outro. Que dessa partilha possam ecoar questionamentos que gerem novas perguntas enunciadas por outros sujeitos num processo que confira a pesquisa não a dimensão de descoberta científica, mas de ação coletiva de construção de redes de conhecimento e significação que, reprogramadas pelos desejos, sonhos e esperanças cotidianos dos atores sociais possam subverter a relação entre conhecimento e poder, na escola e fora dela. Nesse sentido, caberá aos pesquisadores envolvidos no projeto ir a campo não para coletar dados, “como algo encontrado ou descoberto, como se fosse um bilhete numa garrafa” (Clifford, 2002, p.247), mas para produzi-los junto com os sujeitos num processo dialógico de tradução, em que culturas e linguagens, sem devorar-se umas às outras antropofagicamente, se afetem e se transformem. O Projeto será realizado por intermédio de procedimentos da pesquisa presencial (observação; entrevistas) e online, orientados pelas contribuições que Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin trouxeram à pesquisa em Ciências Humanas. No que se refere à especificidade do objeto, a construção e a análise do material de campo será orientada pelos estudos sobre a sociedade em rede (Manuel Castells); consumo cultural e recepção dos meios (Martin-Barbero, Nestor Canclini, Orozco Gomes); pelas teorias da Comunicação (André Lemos, Bruno Latour, Lucia Santaella, Pierre Lévy, entre outros) que trazem esclarecimentos sobre a relação dos sujeitos com os ambientes ciberculturais; e pelos estudos sobre os modos de constituição da subjetividade de

crianças e jovens nos contextos híbridos da contemporaneidade e nas relações com os artefatos de seu tempo (José Machado Pais, Helena Abramo; Hermano Vianna; Juarez Dayrell, Lucia Rabello de Castro; Marília Sposito; Micael Herschman; Paulo Carrano; Regina Novaes; Rosana Reguillo; Solange Jobim e Souza, entre outros).

COORDENAÇÃO: NILDA ALVES

CURRÍCULOS ‘PRATICADOSPENSADOS’ NOS COTIDIANOS – CRIAÇÕES CURRICULARES PARA ALÉM DA ESTRUTURA EM DISCIPLINAS

O presente projeto tem o interesse de, a partir das inúmeras redes educativas que todos formamos e nas quais nos formamos, compreender os processos pelos quais a estrutura dos currículos em disciplinas, por um lado, é afirmada como a única organização possível, e como, por outro lado, ações de docentes, em todos os níveis de ensino, de ações oficiais e de busca de pesquisadoras/pesquisadores vêm indicando outras possibilidades de articulação curricular. O projeto se desenvolve em dois movimentos: no primeiro, realizaremos cineconversas em torno de filmes que trazem os mundos das escolas em imagens e sons e de filmes que trazem a possibilidade de compreender as articulações entre Educação e Cultura, com docentes em serviço e em formação, nos municípios de S. Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Friburgo e Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, bem como com docentes em serviço na região da Serra, no Espírito Santo, e no município de Manaus, estendendo assim, o projeto, nacionalmente. No segundo movimento, serão realizadas conversas com docentes formadores de docentes em universidades públicas de diversos cursos: UERJ (câmpus Maracanã e S. Gonçalo); Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade do Estado do Amazonas. A pesquisa se dará em torno das seguintes ideias: as redes educativas e as múltiplas relações entre os tantos ‘dentrofora’ das escolas para ‘fazerpensar’ currículos; a tessitura de ‘conhecimentossignificações’ em currículos; os processos curriculares como sempre em mudanças, fazendo-nos pensar em ‘currículos migrantes’; imagens, sons e narrativas como “personagens conceituais”; as ‘conversas’ como lócus central dos processos de pesquisa. Os autores com os quais ‘conversaremos’ continuam a ser: Certeau, Deleuze, Guattari e Maturana, bem como autores brasileiros e latino-americanos que com eles trabalham, desenvolvendo pesquisas dentro da corrente a que chamamos pesquisas nos/dos/com os cotidianos e com aspectos das áudio-visualidades. Lembramos ainda que, em todo o processo, nas ações no campo da Educação, existe sempre, uma articulação entre Ética, Estética e Política.

COORDENAÇÃO: RAQUEL GOULART BARRETO

POLÍTICAS DE SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA: DO TRABALHO DOCENTE À ESCOLA PÚBLICA?

Este projeto está centrado no movimento de expansão de um modo específico de incorporação educacional das tecnologias da informação e da comunicação (TIC): o que as concebe em lugar dos processos historicamente constituídos. Formular a noção de “substituição tecnológica” permitiu superar as abordagens restritas ao *modus operandi* das propostas, remetendo à expropriação do trabalho docente, seja ela total, como no ensino à distância (EAD), seja parcial, pela utilização intensiva, muitas vezes imposta pela avaliação, de materiais de ensino relexicalizados como “objetos de aprendizagem”. O movimento atual sugere a extrapolação do trabalho docente, adquirindo dimensão institucional. Os atuais discursos das políticas educacionais, capitaneados pelo empresariado, como em “Todos pela educação”, são constituídos por um suposto filantropismo, sugerindo que a precariedade das escolas possa ser vista como obstáculo contornável pela intervenção das grandes plataformas (GAFAM: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft). Do “ensino remoto emergencial”, a tendência tem sido a de defender o “ensino híbrido”, em um enredo de simplificações que atingem diretamente a escola pública. Este movimento, expresso por aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos, é a hipótese de trabalho que sustenta o presente projeto.

COORDENAÇÃO: RITA DE CÁSSIA PRAZERES FRANGELLA

POLÍTICAS DE CURRÍCULO, ALFABETIZAÇÃO E INFÂNCIA: ENTRE PARADOXOS E ANTÍTESES, RENEGOCIANDO O(S) PACTO(S)

Esta pesquisa trata-se de desdobramento/continuidade da pesquisa “POLÍTICAS DE CURRÍCULO E ALFABETIZAÇÃO: NEGOCIAÇÕES PARA ALÉM DE UM PACTO” (CNPQ, FAPERJ) que tinha como foco a análise do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (MEC, 2012) observando-a não como política de formação de professores apenas, mas também como estratégia de produção curricular, a partir da percepção das imbricações entre formação de professores e políticas curriculares. Em meio a trajetória da pesquisa, agudizam-se

os processos de produção das Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC) e os efeitos dessa política nacional na produção de outras políticas. Aqui destaco o nacional intencionalmente por ser esse um dos maiores impactos da mesma: uma vez que se coloca como matriz única de formulação de propostas curriculares. Tomando o ciclo de alfabetização institucionalizado a partir das resoluções referentes a ampliação do ensino fundamental para 9 anos como mote de problematização – o que se consolida com a proposição do PNAIC - torna-se importante observar como diferentes políticas tematizam a questão, por vezes colidindo nas perspectivas que defendem ou construindo paradoxos nas proposições que fazem. Entre antíteses e paradoxos, atentando para as questões que envolvem a formação de alfabetizadores e as políticas curriculares recentes, põem-se em análise as reconfigurações do PNAIC que, a partir de 2017, inclui também no seu escopo de ação a educação infantil, discutindo como esse Pacto é renegociado também a partir da Base Nacional Comum Curricular/BNCC (2017), cotejando-os em como inferem sobre a ideia do ciclo de alfabetização, observando sentidos que se depreendem da articulação de diferentes políticas educacionais que focalizam a alfabetização, em diferentes dimensões, mas que se implicam e interpenetram. Além disso, cabe discutir o PNAIC incluído na Política Nacional de Alfabetização (2019). Assim, argumenta-se que o deslocamento/deslizamento de significantes como alfabetização, educação infantil, ciclo, avaliação, conhecimento na análise do próprio entendimento de ciclo de alfabetização observado nos documentos das diferentes políticas postas em análise se articulam na produção de um discurso pedagógico que significa o investimento numa dada perspectiva de prática pedagógica alfabetizadora, articulação que cria demandas para a produção curricular cotidiana tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais do ensino fundamental. Tal proposta se faz assentada com base nas teorizações de Laclau (2011) Bhabha (2003), acerca da produtividade e movimento de articulação discursiva na significação política, defendendo que essas se constituem na ambivalência discursiva que torna o político possível.

COORDENAÇÃO: RITA RIBES PEREIRA

INFÂNCIAS, INSURGÊNCIAS E COEXISTÊNCIAS: ESCRITAS DE PESQUISA E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

O Projeto “Infâncias, insurgências e coexistências: escritas de pesquisa e popularização da ciência” dá continuidade ao Projeto anterior – “Fisiognomias da infância: experiências cotidianas, alteridades, deslocamentos” –, cujo objetivo principal foi o de indagar como as experiências da infância se mostram aos pesquisadores em seu cotidiano. A metodologia se ateve à observação de cenas cotidianas que nos afetaram em diferentes contextos, registradas e divulgadas sob forma de crônicas. Nossa intenção com o presente projeto é dar prosseguimento a esse trabalho de campo, agora buscando aprofundamento teórico para a construção de uma análise crítica das problemáticas que essas cenas cotidianas da infância exigem. Politizar as diferentes formas das crianças habitarem e participarem da vida social – onde e quando são vistas, desejadas, incômodas, toleradas, proibidas. Par a par com as infâncias que “se mostram”, interessa-nos estar atentos, sobretudo, àquelas que permanecem invisibilizadas neste contexto histórico-político de desigualdade social. Para tanto entendemos ser necessário substanciar nossos estudos em epistemologias não coloniais sensíveis às coexistências e às insurgências infantis, bem como criar escrituras de pesquisa comprometidas com a popularização da ciência e com a ampliação dos debates sociais sobre a infância. Acompanham-nos nesta empreitada autores como Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin, Aníbal Quijano, Achille Mbembe, Catherine Walsh, Marielle Macê, Antônio Cândido, Conceição Evaristo e Lúcia Rabelo de Castro.

COORDENAÇÃO: ROSANA GLAT

VIVÊNCIAS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Apesar da inclusão escolar ser uma política pública consolidada em nosso país nas redes públicas e privadas, alunos com deficiências e outras necessidades educacionais especiais ainda encontram diversas barreiras para sua efetiva participação, desenvolvimento acadêmico e aprendizagem no âmbito do ensino comum. Estudos anteriores analisaram o processo de inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, focando as políticas institucionais, práticas pedagógicas e a cultura escolar em diferentes redes e escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. A metodologia básica dessas pesquisas foi o estudo de caso tipo etnográfico com base em observações de campo, entrevistas com educadores e análise de documentos. Entendendo que políticas e práticas de inclusão são operacionalizadas e direcionadas a pessoas reais em suas inter-relações nos diferentes espaços sociais, e que os sujeitos que as vivenciam são as mais importantes fontes de dados, a presente pesquisa se volta para analisar os impactos da experiência de inclusão escolar no processo de aprendizagem, socialização e autopercepção

de alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Básica, a partir de seus relatos pessoais. Espera-se que os dados obtidos revertam em indicadores para desenvolvimento e avaliação de políticas e propostas educacionais mais bem direcionadas à demanda específica e expectativas deste alunado.

COORDENAÇÃO: ROSEMARY DOS SANTOS DE OLIVEIRA

DOCÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE: PRÁTICAS E PROCESSOS DA CIBERCULTURA COMO PROPOSIÇÃO/CRIAÇÃO DE AMBIÊNCIAS FORMATIVAS EM REDES EDUCATIVAS

O projeto pretende investigar como a mobilidade, a ubiquidade e a convergência de mídias em suas múltiplas linguagens presentes nos cotidianos podem inspirar práticas docentes em redes educativas no contexto formal/informal da universidade e da escola básica contribuindo para a formação de professores na atual fase da cibercultura. A cibercultura é a cultura contemporânea estruturada pelo uso das tecnologias digitais em rede nas esferas do ciberespaço e das cidades (SANTOS, 2014). Em sua fase atual vem se caracterizando pela convergência dos dispositivos e redes móveis e pela emergência dos artefatos culturais no ciberespaço e nas cidades. Nesse contexto, interessa-nos compreender como a criação de ambiências formativas podem contribuir para a formação de professores em situações de aprendizagem formais e não formais. Optamos pela bricolagem da Ciber-pesquisa formação Multirreferencial e as Pesquisas com os Cotidianos por contemplarem como campo de pesquisa os espaços de atuação do professor-pesquisador. A pesquisa prevê como resultados: a) privilegiar a docência e as novas redes educativas; b) pensar a formação de professores na cibercultura, do ponto de vista das pesquisas dos cotidianos, das práticas pedagógicas e da própria pesquisa acadêmica; c) contribuir com a formação dos professores da Educação Básica e com a produção científica no campo da Educação; d) sistematizar a criação de ambiências formativas articulando o espaço da universidade e das redes sociais criando redes de docência e aprendizagem.

COORDENAÇÃO: SÔNIA DE OLIVEIRA CAMARA RANGEL (SÔNIA CAMARA)

INTELECTUAIS, INSTITUIÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE: ASSISTÊNCIA, PROTEÇÃO E EDUCAÇÃO DAS INFÂNCIAS NO RIO DE JANEIRO DE 1890 A 1940.

O projeto ambiciona investigar as redes de sociabilidade construídas entre instituições e intelectuais que, mobilizados pela cruzada civilizatória da infância colocaram-se em "defesa" de sua proteção, assistência e educação. A partir da constituição das redes objetiva-se mapear e analisar as iniciativas públicas e privadas que se constituíram no Rio de Janeiro no período de 1890 a 1940. Com este intento, interessa tecer uma malha assistencial à infância por meio da composição de uma cartografia das ações promovidas pelos intelectuais e instituições dos campos médico e jurídico. Em sua missão civilizadora esses intelectuais elegeram e constituíram espaços de atuação a partir dos quais criaram condições para fomentar projetos de intervenção social visando promover a modernização do país. É no entrecruzamento das medidas organizadas na cidade-capital que pretendemos (re)constituir as relações entre os intelectuais e o Estado; a medicina, o direito e a educação; a escola e a família; o público e o privado. Nesta perspectiva, nosso esforço interpretativo visa refletir e problematizar as estratégias elaboradas pelos intelectuais e as instituições a partir das quais as crianças foram perspectivadas como objetos de pensamento, de intervenção e de profilaxia social. Interessa, ainda, tencionar as matrizes que orientaram e conformaram a organização de dispositivos de atendimento, de proteção e de educação das infâncias pobres, abandonadas, bem como captar as formas como essas matrizes circularam no cenário nacional em conexão com o contexto internacional de 1890 a 1940. Quanto à periodização proposta (1890-1940), está se sustenta em duas perspectivas de análise. A primeira, de que no período delimitado entre os anos de 1890 a 1920, as iniciativas direcionadas às infâncias estiveram marcadas pela presença da filantropia assistencial prevalecendo, em grande parte, a ideia de que estas dependiam mais da vontade individual dos que se devotaram à causa da infância pobre do que propriamente de iniciativas públicas. A segunda, de que entre as décadas de 1920 a 1940, teria ocorrido o processo crescente de judicialização da infância e de formulação de políticas assistenciais, protetivas e tutelares sob o predomínio do Estado.

COORDENAÇÃO: STELA GUEDES CAPUTO

ETNOGRAFIAS E AUDIOVISUALIDADES NAS PESQUISAS COM CRIANÇAS

Quando, há alguns anos, fiz uma foto de Willians Narciza Bendia, aos 3 anos, durante o ritual das Águas de Oxalá, ele segurava a mão de sua mãe e mirava fixa e firmemente para o poço de nosso terreiro. O poço é a fonte de água natural que cumpre papel fundamental na cerimônia dedicada ao velho Orixá. Era uma manhã adocicada pelo cheiro das folhas de manjerição que, retiradas das águas das quartinhas brancas carregadas na procissão, eram orvalhadas

por sobre nossas cabeças e por todo o lugar. Fiz a foto e não conversei com Willians para a pesquisa porque o ritual envolvia silêncio e porque eu também estava nele e precisava me concentrar. Ampliei a foto, emoldurei e ela está fixada na parede diante de mim. Olho para ela hoje, como olho muitas vezes desde aquele dia. Barthes (1989), diz que *studium* e *punctum* formam o interesse de alguém por uma fotografia. O primeiro guarda aspectos culturais e técnicos que reconhecemos do fotógrafo, suas intenções e métodos. Já o segundo, diz do subjetivo que nos transpassa da fotografia, busca e fere. Paro de digitar, levanto os olhos e encontro, pela milésima vez, talvez, a mesma foto. Os olhos do menino me carregam para dentro da tinta pigmentada deitada permanentemente no papel de algodão, superfície diferente dessa que vejo também aqui na tela do meu notebook, já que as tecnologias mudam para todo o processo fotográfico. Depois desço um pouco para a direita para encontrar a mão do menino na mão de sua mãe, Bárbara Bendia. Só então caminho para os fios de conta no pescoço do menino, para sua roupa branca e para a parede verde clarinha atrás do menino. É o desenho do meu *punctum*, os detalhes subjetivos, aquilo que eu acrescento à fotografia e que, no entanto, já está lá, diria Barthes. Havia uma coisa que também estando lá, de modo algum seria possível fotografar: o cheiro da chuvinha fina de manjerição. O mesmo cheiro que, mais uma vez, sinto agora, ao baixar os olhos, talvez, pela milésima vez, da mesma foto. Embora as imagens sejam velhas conhecidas da antropologia, a produção teórico- metodológica das pesquisas com registro técnico de imagem é mais recente (MATHIAS, 2016). Porém, quanto mais comuns forem os usos de fotografias, filmes e outras imagens nas pesquisas, maior o desafio de pensá-los, inclusive na Educação, e nos Estudos da Infância. As imagens são conhecimentos que envolvem disputas, dominações, enfrentamentos, resistências. Estética e Imagem são centrais nos processos cognitivos e nas muitas maneiras de narrar a vida e nossas pesquisas e essa discussão não se faz sem uma discussão sobre ética. Nosso projeto atual possui basicamente dois objetivos: 1 - discutir essas e outras questões fundamentais na produção de audiovisualidades nas pesquisas com crianças. 2 – Pensar e produzir audiovisualidades antirracistas nas pesquisas com crianças.

COORDENAÇÃO: TALITA VIDAL PEREIRA

SE O CURRÍCULO NÃO TEM FUNDAMENTOS FIXOS. SE APRENDER É ACONTECIMENTO, COMO AVALIAR?

Este estudo é proposto como possibilidade de pensar a avaliação da e para as aprendizagens a partir de aportes pós-estruturalista e pós-fundacionalista. Trata-se de assumir uma perspectiva discursiva para problematizar a articulação conhecimento-curriculo-avaliação sustentada em bases realistas que favorecem a sedimentação de sentidos de escolarização que orientam as práticas avaliativas nas escolas. No estudo o conhecimento é assumido como produção discursiva que se processa no campo de disputas pelo poder. Uma compreensão de conhecimento que sustenta a concepção de currículo como espaçotempo de enunciação cultural. A partir dessas reflexões o aprender é assumido como processo singular de subjetivação que não pode ser definitivamente controlado ou submetido a regras definidas a priori. O aprender como acontecimento derridiano, como aquilo que escapa às tentativas de calculabilidade. O desafio então é pensar a avaliação como ação pedagógica necessária, mas sempre arbitrária e contingente. Ação que para ser justa, não deve se contentar com a aplicação das normas ou regras existentes, mas assumir o risco absoluto, em cada situação singular de aprendizagem. Essas reflexões orientam a pesquisa empírica de natureza qualitativa que elege as narrativas de licenciandas em Pedagogia como material empírico a ser investigado com o objetivo de identificar sentidos de avaliação escolar articulados nas narrativas sobre a avaliação desses sujeitos em seus processos de formação. Compreender se, e como, sentidos realistas de conhecimento organizam essas narrativas que são tomadas como processo de ressignificação da experiência vivida, implicadas nas relações com o outro e carregadas de significados. Ou seja, também são parte dos processos de subjetivação.

COORDENAÇÃO: WALTER OMAR KOHAN

FILOSOFIA NA INFÂNCIA DA VIDA ESCOLAR

O projeto prolonga um trabalho entre filosofia, educação e infância, tanto desde a perspectiva da experimentação filosófica com crianças pequenas até a formação de professorxs, a partir de três conceitos articuladores: emancipação, infância e experiência. A emancipação é considerada, a partir de J. Rancière (2002; 2003), uma exceção à lógica da instituição, quando há uma igualdade fundamental entre os sujeitos envolvidos, para além de sua idade, classe social, etnia, gênero. A infância é uma categoria da subjetividade que permite pensar os sujeitos da aprendizagem para além da cronologia (Lyotard, 1997), bem como os cruzamentos entre temporalidade, transformação e subjetividade (Deleuze; Guattari, 1995). Diz respeito, portanto, à infância de professorxs de creches e escolas. Finalmente, a filosofia como experiência de pensamento considera que a instituição escolar pode acolher

um pensar disposto a colocar em questão seus pressupostos, comprometido na problematização de si e do mundo. Este projeto de pesquisa em cooperação internacional foi selecionado no edital 41/2017 - CAPES PRINT UERJ, com vigência de agosto de 2018 a julho de 2022. Para a CAPES, entende-se como projeto de internacionalização parcerias e intercâmbios regulares com grupos de pesquisa no exterior, envolvendo missões de trabalho de docentes e/ou missões de estudo de doutorandxs, bem como previsão de atividades dxs docentes como professorxs visitantes (pós-doutorado) juniores ou seniores no exterior, recebimento de alunxs e professorxs estrangeiros e cursos de capacitação, presenciais ou à distância.

ANEXO III

INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS

1. Em cumprimento às Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de Pós-graduação, Mestrado, Doutorado e Especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas em cada área de concentração, distribuídas pelos seguintes grupos:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

Conforme artigo 5º da Lei, suas disposições aplicam-se no que for cabível.

2. A **condição socioeconômica é fator principal** do sistema de cotas. Em conformidade com as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, entende-se por:

- a) Carente: aqueles que possuem renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

Para efeito do cálculo da renda per capita, será utilizada a renda bruta de todos os membros que moram no domicílio informado em questionário socioeconômico, dividido pelo número de pessoas.

- b) negro e indígena: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;
- c) estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- d) estudante carente graduado da rede de ensino público superior: aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais;
- e) pessoa com deficiência: aquela que atender às determinações estabelecidas na Lei Federal nº 7.853/1989 e Decretos Federais nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004;
- f) filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço: aqueles que apresentarem a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocópia autenticada do Diário Oficial com as referidas decisões administrativas.

3. O candidato às cotas reservadas para estudantes negros e indígenas, em caso de declaração falsa, estará sujeito às sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2.848/1940, Código Penal (artigos 171 e 299), administrativas (nulidade da matrícula, dentre outros) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ.

4. Caso deseje concorrer pelo sistema de cotas estabelecido na Lei Estadual nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

- a) Optar por um único grupo de cotas no requerimento de inscrição
- b) preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis:

http://www.sr2.uerj.br/depdg/download/cca/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf

- b.1) O Formulário de Informações Socioeconômicas:

http://www.sr2.uerj.br/dep/cca/Questionario_Socioeconomico_2016.doc

encaminhar com documentação comprobatória na data prevista no item 7.2 (CALENDÁRIO RELATIVO AOS PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS), por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição.

b.2) O Formulário de opção de cotas:

http://www.sr2.uerj.br/dep/cca/Formulario_Opcao_de_Cotas.doc

encaminhar com documentação comprobatória na data prevista no item 7.2 (CALENDÁRIO RELATIVO AOS PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS), por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição.

A conferência e avaliação da documentação serão realizadas pelas comissões de Análise de Cotas UERJ.

5. A documentação para análise de cotas, constando o nome do candidato e do Programa, deverão ser encaminhadas no período estabelecido no item 7.2 (CALENDÁRIO RELATIVO AOS PROCESSO DE INGRESSO PELO SISTEMA DE COTAS) por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição dos projetos.

6. A documentação para análise de cotas, constando o nome do candidato e do Programa, deverão ser entregues no período de inscrições estabelecido no Calendário Relativo ao Processo de Ingresso pelo sistema de cotas, por e-mail específico que será encaminhado pela Comissão de Seleção do Doutorado aos candidatos que tiverem seus projetos aprovados para a etapa de arguição dos projetos.

7. Caso as vagas destinadas aos cotistas não sejam preenchidas, serão utilizadas para a seleção em livre concorrência. Igualmente, os candidatos indeferidos no processo de avaliação de cotas serão passados automaticamente para a ampla concorrência.

8. Da Comissão de Análise Socioeconômica da Pós Graduação Stricto Sensu:

A comissão é composta por Assistentes Sociais para verificar se os candidatos optantes pelo Sistema de Reserva de Vagas por Cotas a Pós-Graduação Stricto Sensu se enquadram na condição de carência nos termos da lei, observados os requisitos previstos.

A análise abrange:

- Conferência de formulário socioeconômico com a documentação que o acompanha conforme explicitado em manual do candidato
- Verificação se a renda per capita se ajusta ao patamar de carência definido em lei
- Se necessário, entrevista individual com o candidato respeitando o sigilo profissional

9. Da Comissão de Análise de Opção de Cotas da Pós Graduação Stricto Sensu:

A comissão é composta por Pedagogos, Médicos, Advogados e Técnico-administrativos e terá como razão:

Verificar se os candidatos optantes pelo sistema de reserva de vagas para as cotas de negro, indígena, estudantes oriundos de rede pública de ensino ou de rede particular beneficiário de bolsa de estudo de Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, do Programa Universidade para Todos – PROUNI ou qualquer outro tipo de incentivo do governo, portadores de deficiência ou filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço, atendem às exigências legais e aos requisitos previstos.

DO RECURSO – Segundo o Manual do Candidato:

O candidato que não concordar com o indeferimento proferido poderá solicitar recurso.

Nesta etapa, o candidato poderá anexar documentos, no prazo, local e horário estabelecidos no calendário.

Não caberá recurso, caso o candidato não tenha encaminhado documentação comprobatória alguma.

Em nenhuma hipótese, será admitida interposição de recurso e entrega de documentação fora do prazo estabelecido no calendário.

Os recursos encaminhados serão analisados, o indeferimento poderá ser mantido ou alterado, não havendo possibilidade de novo recurso.